## PROJETO DE LEI Nº , DE 2005

(Do Sr. Severiano Alves)

Altera as disposições do Decreto-Lei n°, 972, 17 de outubro de 1969, que "Dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista, corrige as distorções e garante o direito de igualdade de texto e imagem".

## O Congresso Nacional decreta:

Art.1° - Da nova redação as alíneas "j" e "l" do art. 2°; dá nova redação ao art. 4° suprimindo o inciso "V" e seus parágrafos e alíneas; da nova redação ao art. 6°; da nova ao art. 7°; suprimir os artigos. 3°, 5°, 10°, 11°, 12° e 13° do Decreto-Lei n°. 972, de 17 de outubro de 1969, que passam a ter a seguinte redação:

"Art. 2°" A profissão de jornalista compreende privativamente, o exercício e habitual e remunerado de qualquer das categorias de texto e imagem e das seguintes atividades:

"j"- execução da distribuição gráfica de texto e imagem, com ilustração de caráter jornalístico, planejamento, direção, editoração de matérias fotográficas e cinematográficas, com fins de divulgação jornalística;

"l" - fica assegurado o direito ao crédito do autor de texto ou da imagem, em todos os meios de divulgação, mesmo que cedido a terceiros.

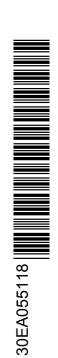


Parágrafo Único: - Para os portadores de registro anterior a esta Lei, fica garantido o registro do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, na página da CTPS de "REGISTRO DE PROFISSÕES REGULAMENTADAS", ao profissional que exercerá o oficio equivalente ou igual ao nível de formação da profissão de JORNALISTA;

- Art. 6° As funções desempenhadas pelos jornalistas profissionais de texto e imagem como empregados, serão classificadas em:
- I editor geral: o profissional responsável e incumbido de coordenar e executar a edição de matéria ou programa jornalístico, titulando-a tecnicamente para a publicação ou divulgação, bem como o que desempenha a função de editor de texto e imagem das matérias jornalísticas, por meio de qualquer processo, é o responsável por setores ou seções específicas de edição de texto, arte, foto, taipe filmes ou programas jornalísticos;
- II editor de texto: profissional incumbido de coordenar, executar, redigir editoriais, programar matérias, titular para a publicação e a divulgação; é o responsável por setores ou seções específicas de edição de texto;
- III editor fotográfico: é o profissional especializado em fotografia e é incumbido de coordenar e editar material jornalístico;
- IV editor cinematográfico: é o profissional especializado em filmagem e é incumbido de coordenar e editar material jornalístico;
- V redator: o profissional responsável por redigir crônica e comentários, inclusive de material pronto para a divulgação, com editores de

## texto e imagem;

- VI repórter de texto: o profissional que tem a incumbência de colher notícias, informações e entrevistas preparando-as para divulgação; a quem cabe a narração ou difusão oral de acontecimentos ou entrevistas pelo rádio, televisão ou processo semelhante, no instante ou no local em que ocorram, ou executa a mesma atribuição para posterior edição e divulgação;
- VII repórter fotográfico: o profissional que tem a incumbência de colher fotos noticia, para a divulgação jornalística;
- VIII repórter cinematográfico: o profissional que tem a incumbência de colher imagem dinâmica para divulgação jornalística;
- IX diagramador, web deigner, grafismo: o profissional que planeja e executa a distribuição gráfica; web designer, vídeografismo, para a impressão de material fotográfico e ilustrações de texto de caráter especificamente jornalístico;
  - § 1° são privativas dos jornalistas profissionais as funções de confiança pertinentes às atividades descritas no art. 2° como editor: secretário de redação, assessor de imprensa e assessor de imagem fotocinematográfica.
  - $\S~2^\circ$  Fica proibida a contratação ou nomeação do profissional sem o registro no Conselho Regional dos Jornalistas.
- Art. 7° Não haverá incompatibilidade entre o exercício da profissão de jornalista e a de qualquer outra função remunerada, ainda que pública, a não ser pela a dupla carga horária, que é de 5 (cinco) horas diárias.
- Art. 8 ° Ficam criados os Conselho Federal e Regionais dos Jornalistas com a finalidade de emitir a habilitação profissional.
  - Art. 2° Revogam-se as disposições em contrário.
  - Art. 3° O Poder Executivo, terá 90 (noventa) dias para



regulamentar esta Lei e decretar a criação dos conselhos.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

A profissão dos jornalistas, universalmente se classifica em duas categorias de texto e de imagem. O Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969 descriminou a categoria da imagem e deu privilegio para outras categorias não jornalística.

Já o presente projeto tem a finalidade de adaptar o Decreto-Lei com a Constituição Federal de 1988, que em seu artigo 5° dá o direito de igualdade a todos.

Sala das Sessões, em de

\_

de 2005.

Deputado Severiano Alves Autor do Projeto

